

372

OS NÚCLEOS DE APOIO CONTÁBIL-FISCAL AFETAM A MORALIDADE TRIBUTÁRIA DOS CONTRIBUENTES?

Bacharel/Bachelor VICTOR ALEXANDRE GUIMARÃES MÜLLER DE ALMEIDA FERNANDES¹, Doutor/Ph.D.
Tiago Nascimento Borges Slavov [ORCID iD](#)²

¹Fecap, São Paulo, SP, Brazil. ²FECAP, São Paulo, SP, Brazil

Doutor/Ph.D. Tiago Nascimento Borges Slavov

[0000-0003-2763-0937](#)

Programa de Pós-Graduação/Course

Mestrado em Ciências Contábeis - FECAP

Resumo/Abstract

A moral tributária é um tema amplamente estudado. Entre seus objetivos, a teoria tenta explicar o comportamento dos contribuintes perante as suas obrigações tributárias. De acordo com a teoria, uma boa relação do governo com seus contribuintes aumenta a produtividade de crescimento do seu país. Um fator que pode influenciar o comportamento dos contribuintes é a educação tributária, que pode ser viabilizada pela implementação das clínicas fiscais (iniciativas de atendimento gratuito para contribuintes de baixa renda). Por meio de um estudo de caso realizado em um Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal localizado na cidade de São Paulo, foi realizada uma análise sobre o impacto dos atendimentos realizados na moralidade tributária dos contribuintes. Por meio da análise documental, observação direta e um questionário respondido por 47 contribuintes, características sociodemográficas dos contribuintes, a mensuração da moralidade tributária e a percepção sobre a educação tributária foram mensuradas e analisadas. Os resultados, cotejados com a literatura, reforçam o papel das clínicas tributárias como política pública afirmativa, que contribui positivamente na moral tributária do cidadão brasileiro por meio da disseminação da educação tributária.

Modalidade/Type

Iniciação Científica / Undergraduate Paper

Área Temática/Research Area

Auditoria e Tributos (AT) / Auditing and Tax



OS NÚCLEOS DE APOIO CONTÁBIL-FISCAL AFETAM A MORALIDADE TRIBUTÁRIA DOS CONTRIBUINTES?

RESUMO

A moral tributária é um tema amplamente estudado. Entre seus objetivos, a teoria tenta explicar o comportamento dos contribuintes perante as suas obrigações tributárias. De acordo com a teoria, uma boa relação do governo com seus contribuintes aumenta a produtividade de crescimento do seu país. Um fator que pode influenciar o comportamento dos contribuintes é a educação tributária, que pode ser viabilizada pela implementação das clínicas fiscais (iniciativas de atendimento gratuito para contribuintes de baixa renda). Por meio de um estudo de caso realizado em um Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal localizado na cidade de São Paulo, foi realizada uma análise sobre o impacto dos atendimentos realizados na moralidade tributária dos contribuintes. Por meio da análise documental, observação direta e um questionário respondido por 47 contribuintes, características sociodemográficas dos contribuintes, a mensuração da moralidade tributária e a percepção sobre a educação tributária foram mensuradas e analisadas. Os resultados, cotejados com a literatura, reforçam o papel das clínicas tributárias como política pública afirmativa, que contribui positivamente na moral tributária do cidadão brasileiro por meio da disseminação da educação tributária.

Palavras-chave: Moral tributária; Educação tributária; Núcleo de Apoio Contábil-Fiscal; Clínicas fiscais; Evasão fiscal.

1. Introdução

As Instituições de Ensinos Superiores (IES) são instituições focadas em disseminar o conhecimento de sentido abrangente, desde a criação de novos espaços focados para o estudo e formação do ser, até novas interligações e buscas por outras áreas profissionais, tendo como maior responsabilidade a formação de novos cidadãos ativos em sua sociedade (Santos, 2007). Um dos principais desafios impostos às IES é a criação de novas propostas para a disseminação do conhecimento aos alunos de forma dinâmica e responsável. Uma das principais oportunidades neste sentido é a educação tributária.

A educação tributária apresenta uma das dimensões da educação financeira, que se refere à posse de conhecimentos financeiros específicos orientados para impostos. As iniciativas em educação tributária destinam-se a ajudar os indivíduos a receber informações sobre impostos, para explicá-los tanto no sentido operacional quanto no seu papel social. Ao adquirir conhecimentos básicos de tributação, os indivíduos aprimoram sua capacidade de administrar suas finanças pessoais e compreender a lógica básica dos possíveis efeitos das políticas fiscais adotadas no país. Por outro lado, se os indivíduos nunca forem ensinados os conceitos básicos de tributação e nunca adquirirem as habilidades necessárias para o cumprimento dos impostos, eles podem estar mais propensos a problemas como descumprimento de suas obrigações fiscais, o que por sua vez reflete em uma menor moralidade tributária (Cvrlje, 2015). Embora a formação tributária seja demandada por todos os cidadãos, ela é geralmente direcionada à poucas áreas profissionais, como a área contábil.

Na área contábil, a educação tributária é um dos elementos mais importantes, especialmente no Brasil, devido à complexidade tributária que afeta todas as extratos da população, bem como a responsabilidade que o profissional tem na apuração dos impostos.



Estudos indicam, contudo, que o currículo tributário atual não equipa futuros graduados contábeis com os conhecimentos fiscais e habilidades técnicas necessários para atuar com competência na prática tributária (Grzybovski, & Hahn, 2006; Borges, Pereira, & Borges, 2015; Junior, Machado, Nuncio & Neto, 2019). Os trabalhos sugerem que os estudantes contábeis brasileiros percebem a necessidade de aprimorar tanto a habilidade técnica na área tributária, quanto às habilidades não técnicas, como as habilidades interpessoais (Silva, Souza, Santos, & Alves, 2022). Habilidades interpessoais que, a propósito, já são identificadas como mais relevantes que as habilidades técnicas para o mercado de trabalho do contador (Tan & Laswad, 2018). Neste sentido, as clínicas fiscais são apontadas pela literatura como um ambiente eficaz para desenvolvimento empírico das habilidades interpessoais da formação do contador

As clínicas fiscais são iniciativas que oferecem experiência prática para estudantes que pretendem atuar na área tributária. As clínicas alcançam estudantes voluntários e estagiários que trabalham com contribuintes sob a supervisão direta de profissionais ou docentes qualificados (McLaren, 2020). As clínicas também preenchem uma lacuna entre a assistência fiscal gratuita e a educação tributária (Kayis-Kumar, Mackenzie, & Walpole, 2020) e podem ser originadas de políticas de extensão universitária ou políticas públicas, como é o caso dos Núcleos de Apoio Contábil-Fiscal (NAFs) brasileiros.

A Receita Federal Brasileira (RFB), em parceria com Instituições de Ensino Superior - IES, oferece por meio dos NAFs um ambiente de ensino e disseminação de conhecimento tributário, onde são realizados atendimentos gratuitos fornecidos pelos alunos para contribuintes de baixa renda. O critério de renda é adotado para evitar conflito com a prestação de serviços remunerada dos profissionais. Os NAFs foram criados, assim, com o objetivo de realizar atendimento gratuito à demandas tributárias de menor complexidade dos contribuintes brasileiros (Smith & Ribeiro, 2020).

Neste cenário, o presente estudo tem como objetivo analisar a contribuição do NAF, como iniciativa de educação tributária adotada pela Receita Federal do Brasil em parceria com as IES, na moralidade tributária dos contribuintes diretamente afetados pelos atendimentos realizados. A moralidade tributária dos contribuintes brasileiros, conforme observado por Martinez & Coelho (2019), foi objeto de estudos principalmente sob a relação dos fatores sócio-demográficos com a moralidade tributária, mas não foram identificados no Brasil trabalhos que investigaram o papel da educação fiscal na moralidade tributária, intermediada pela atuação de uma Clínica Fiscal. Para atingir este objetivo, foi desenvolvido um estudo de caso em um NAF localizado na cidade de São Paulo.

O estudo, assim, contribui para as pesquisas anteriores sobre moralidade tributária, sendo este um dos assuntos mais estudados na área tributária (Kemme, Parikh, & Steigner, 2020), embora bastante incipiente no Brasil. O estudo também contribui para as estratégias de educação contábil, ao evidenciar o papel do NAF na formação dos estudantes de Ciências Contábeis. Finalmente, oferece uma contribuição para as políticas públicas de educação tributária, evidenciando o impacto do programa NAF na sociedade.

2. Revisão da Literatura

2.1. Moralidade Tributária

A Moralidade Tributária pode ser interpretada como a somatória de um conjunto de valores e princípios que moldam o comportamento dos contribuintes para realizarem as suas



obrigações tributárias. O conceito foi introduzido pela primeira vez em 1960, mas somente a partir de 1990 passou a atrair mais atenção dos estudiosos. A relação entre educação e moral tributária, conforme Torgler (2003), leva ao entendimento que o comportamento da conformidade fiscal dos cidadãos mais instruídos é mais afetado porque eles podem ter melhor consciência do estado de bem-estar social e dos desperdícios do governo. Kornhauser (2006) observa que a pesquisa sobre moralidade tributária pode ser dividida em três áreas principais: processos cognitivos e afetivos, normas sociais e valores/normas pessoais e fatores demográficos. No presente estudo, além dos fatores demográficos, observa-se o papel da educação fiscal nos processos cognitivos dos contribuintes.

Martinez & Coelho (2019) realizaram uma pesquisa observando os fatores demográficos no Brasil (como gênero, idade, estado civil, grau educacional, renda salarial, religião, setor profissional e localidade dos entrevistados). Entre os achados, os autores observam que as mulheres tendem a apresentar maior moralidade tributária, sendo que o comportamento é diferente quando os contribuintes têm idade mais avançadas. Também evidenciaram que a religião que apresentou menor nível de evasão fiscal entre o público inquirido é o Espiritismo, assim como o Rio de Janeiro foi o estado com maior nível de moral tributária.

No exterior, são muitos os estudos que se concentraram em entender a moralidade tributária, sendo a grande maioria baseada em análises transversais. Considerando que a disposição dos indivíduos para pagar impostos pode mudar ao longo do tempo, análises que investigam os determinantes da moralidade tributária (no presente estudo, a educação fiscal) permitem aos pesquisadores medir como diferentes medidas políticas moldam a moralidade tributária e como a moral tributária é alterada por essas medidas. Horodnic (2018) sugere que iniciativas formais e informais podem influenciar a moralidade tributária dos contribuintes. A educação tributária, operacionalizada pelos NAFs, é entendida assim uma iniciativa formal para a aumento da conformidade tributária dos contribuintes.

2.2. Educação tributária

A educação tributária (que também pode ser denotada como conhecimento tributário), como fator que afeta o nível de moralidade tributária, foi objeto de diversos estudos que exploram a relação dessas duas variáveis. Horodnic (2018) em uma amostra de 100 contribuintes indonésios mostrou que a moralidade dos contribuintes foi significativamente afetada pela educação tributária. A intermediação das clínicas fiscais foi determinante, segundo o estudo, para aumentar a compreensão do Estado pelos contribuintes e a conformidade fiscal.

Alexander, Balavac, Mukherjee e Massey (2018) analisaram as influências sociodemográficas e o impacto da educação tributária na moralidade tributária de 377 jovens adultos e observou que os pesquisados consideram o sistema tributário do Reino Unido justo, mas complexo, com taxas de impostos pessoais muito altas. A maioria dos responsáveis também acredita que um número significativo de contribuintes trapaceia pagando menos do que devem legalmente. Embora a pesquisa tenha mostrado o impacto positivo da educação tributária na valorização das finanças públicas, os pesquisadores não conseguiram concluir que o aumento da educação tributária resultou em um aumento da moralidade tributária, demonstrando melhorias marginais a esse respeito. Contudo, defendem que mais pesquisas seja realizados sobre essa temática.

No Brasil, estudo de Grzybovski & Hahn (2006) investigaram o papel da educação fiscal com 96 contribuintes localizados no município de Passo Fundo (RS). Embora restrito à



percepção sobre a moralidade tributária e a aplicação dos recursos arrecadados, os resultados revelam falta de sintonia entre o que o cidadão espera e está disposto a contribuir com aquilo que o governo oferece e exige em tributos. Segundo os autores, implantar programas de educação tributária é uma alternativa que possibilita ao contribuinte conhecer o Estado e sua estrutura, a função socioeconômica dos tributos, o valor da arrecadação tributária, além de incentivar o acompanhamento da aplicação dos recursos arrecadados.

Observa-se, assim, que o conceito de educação tributária deve ser visto por meio de uma lente multidimensional, exigindo que várias iniciativas sejam desenvolvidas para estruturar as competências necessárias para garantir que um número cada vez maior de contribuintes seja alcançado. Além disso, a relação recíproca entre um Estado e seus cidadãos deve ser cultivada por meio da transferência de conhecimento e compreensão dos tributos (De Clercq, 2021). Os governos têm grande responsabilidade por melhorar essa relação, adotando quando possível mecanismos de legitimidade para garantir que a receita necessária seja arrecadada para cumprir seus mandatos políticos e proporcionar melhores condições de vida para todos. Os NAFs cumprem um importante papel neste sentido.

2.3. O Projeto NAF – Núcleo de Apoio Contábil-Fiscal

No ano de 2011, a Receita Federal do Brasil - RFB implementou, em parceria com diversas Instituições de Ensino Superior - IES, um projeto patrocinado pelo EUROsocial, os Núcleo de Apoio Contábil-Fiscal (NAF). O EUROsocial é um programa de cooperação entre a União Europeia e a América Latina que contribui para reduzir a desigualdade, melhorar os níveis de coesão social e fortalecer as instituições dos países latino-americanos. Para tanto, apoia o desenho, reforma e implementação de políticas públicas, focando sua atuação nas áreas de igualdade de gênero, governança democrática e política social.

Campos e Cazella (2020) destacam que o foco principal da RFB com o projeto NAF é fomentar a educação tributária na sociedade. Os NAFs realizam, prioritariamente, orientações fiscais ou atendimentos gratuitos para contribuintes de baixa renda, muitos dos quais não possuem condições financeiras para contratar um profissional da área contábil. Com isso, os NAFs auxiliam que os contribuintes organizem suas pendências tributárias, principalmente em relação ao Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) e às questões relacionadas com as microempresas individuais (MEI).

Os NAFs são compostos por estagiários supervisionados por professores, profissionais voluntários da área contábil ou profissionais da própria IES em que o NAF está estabelecido, favorecendo o aprendizado mútuo dos próprios envolvidos. Com o passar dos anos, os NAFs alcançaram cerca de 500 unidades de atendimento atuantes no Brasil (2021), com parcerias promovidas com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Como exemplo de atuação do NAF, Campos e Cazella (2020), analisaram a atuação do NAF Unoesc Chapecó. Inaugurado em 2017, realizou aproximadamente o atendimento a 18.000 pessoas no município de Chapecó somente no ano de 2019 e 2020. No caso analisado, 60% dos atendimentos, foram para categorias de MEI e IRPF. Segundo Ribeiro e Smith (2018), os NAFs enfrentam algumas dificuldades, como dificuldade na captação e retenção do aluno voluntário. Os autores defendem que o NAF oferece muito conhecimento da prática fiscal e oportunidades a partir da relação próxima com a Receita Federal, assim requer que suas ações sejam constantemente divulgadas no ambiente interno e externo

3. Delineamento Metodológico

O desenvolvimento do estudo foi dividido em 3 fases: pesquisa, desenvolvimento e análise. A Tabela 1 apresenta uma visão geral das fases e atividades. O *design* foi baseado principalmente no estudo de Martinez & Coelho (2019), tendo como principal diferença a) a seleção da amostra (contribuintes atendidos pelo NAF); e b) a inclusão da variável educação fiscal. A manutenção de parte das perguntas do instrumento de Martinez & Coelho (2019) permitiu a comparabilidade dos resultados, favorecendo assim inferir sobre o papel das clínicas fiscais na moralidade tributária.

Tabela 1 - Fases e Atividades do Estudo

PESQUISA	DESENVOLVIMENTO	ANÁLISE
Seleção dos tópicos referentes ao trabalho.	Definição dos métodos e formas de avaliação.	Coleta de Dados.
Estudo dos tópicos selecionados.	Desenvolvimento dos métodos de avaliação.	Análise e avaliação dos resultados obtidos.
Revisão da literatura.	Desenvolvimento dos formulários de avaliação.	
	Encaminhamento dos formulários aos contribuintes.	

Fonte: o autor

Os contribuintes analisados foram atendidos pelo NAF de uma IES localizada no município de SP. Segundo a análise documental e observação direta, no ano de 2021 o NAF realizou 755 atendimentos, um expressivo aumento no número de atendimentos em relação ao mesmo período do ano de 2020, que apresentava 417 atendimentos. Em 2021 foi o terceiro lugar em número de atendimentos da capital de São Paulo. Os atendimentos em 2021 foram realizados prioritariamente por estagiários contratados. Devido à pandemia, os atendimentos foram realizados 100% à distância (e-mail e telefone). Em 2019 (período anterior à pandemia), o NAF realizou 1507 atendimentos e promoveu o engajamento de 34 alunos voluntários em suas atividades, com mais de 200 horas de dedicação.

O contato com os respondentes ocorreu por meio de e-mails, disponibilizados pelos contribuintes no momento do preenchimento da ficha de atendimento. Para aumentar a taxa de respostas, conforme orienta a literatura, foi informado no formulário eletrônico que nenhum contribuinte seria identificado, tornando assim os respondentes livres para darem as suas opiniões (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). Os dados obtidos foram devidamente registrados, tratados e analisados com apoio do software Microsoft Excel.

A confiabilidade do instrumento foi validada pelo coeficiente *Alfa de Cronbach*, onde os valores variam entre 0 e 1, tendo como 1 indicador de maior consistência entre as questões e 0 a invalidação do trabalho. No trabalho apresentado por Martinez & Coelho (2019) foi apresentado um coeficiente alto no valor de 0,884 de validação, valor semelhante ao encontrado nesta pesquisa, apresentando uma validação de 0,867.

A coleta de dados da pesquisa ocorreu entre os meses de setembro a novembro de 2021, por meio de um formulário estruturado na plataforma eletrônica “*Google Forms*”, composto por três partes, conforme Tabelas 2 e 3. A primeira parte, “Perfil Social Demográfico”, buscou analisar as características sociais demográficas de cada contribuinte sobre: Gênero, Faixa Etária, Estado Civil, Nível Educacional, Renda Mensal, Crença/Religião e Atuação.

Na segunda parte, “Educação tributária”, foram realizadas 9 perguntas sobre o NAF, buscando analisar a percepção do impacto das clínicas fiscais perante a sociedade. As questões foram adaptadas do instrumento utilizado por Kwok & Yip (2018). O estudo explorou se a “educação fiscal” melhora a moralidade tributária em Hong Kong, dada a posição influente do país no leste da Ásia e a dependência do governo nos relatórios voluntários dos contribuintes. O modelo de pesquisa adotado pelos autores testou empiricamente como canais de educação fiscal (como as clínicas fiscais) melhoram a moralidade tributária.

Já a terceira parte da pesquisa, “Moralidade Tributária” foi baseada nas perguntas de Martinez & Coelho (2019), que buscam a medir a moral tributária dos contribuinte. Esta última parte utiliza predominantemente perguntas medidas pela Escala *Likert*, variando as respostas entre Concordo Plenamente até Discordo Plenamente, com 5 níveis de pontuação.

Tabela 2 – Descrição das Variáveis (1)

Variáveis	Métrica	Fonte
Variável Independente – Educação tributária		
Antes do atendimento realizado pelo NAF, procurou orientação em alguma entidade da administração pública (Receita Federal, SEBRAE, etc)?	0 – Não. 1 - Sim	Kwok, Yip (2018)
Você já conhecia o NAF antes de precisar do serviço?	0 – Não. 1 - Sim	Kwok, Yip (2018)
Como foi realizado o atendimento?	0 – Distância. 1 – Presencial	Kwok, Yip (2018)
Qual foi o objeto da orientação recebida?	0 – MEI. 1- IRPF. 2 – Radar. 4 - Outros	Kwok, Yip (2018)
O atendimento realizado pelo NAF foi satisfatório.	0 – Discordo. 5 – Concordo	Kwok, Yip (2018)
Além da orientação do NAF, já participou em alguma outra capacitação tributária (curso/palestra/etc)?	0 – Não. 1 - Sim	Kwok, Yip (2018)
Já contratou um profissional para resolver algum problema tributário?	0 – Não. 1 - Sim	Kwok, Yip (2018)
Já foi notificado/autuado pela Receita Federal?	0 – Não. 1 - Sim	Kwok, Yip (2018)
Após o atendimento realizado pelo NAF, a sua compreensão sobre o assunto objeto do atendimento melhorou.	0 – Discordo. 5 – Concordo	Kwok, Yip (2018)
Variável Dependente – Moralidade Tributária		
MF1 – Se eu estiver em dúvida se devo declarar ou não uma determinada quanta de renda, opto por não declarar.	0 – Discordo. 5 – Concordo	Martinez & Coelho (2019)
MF2 – Não devo criticar quem sonega.	0 – Discordo. 5 – Concordo	Martinez & Coelho (2019)
MF3 – Se o governo já recebe bastante dinheiro por meio dos impostos, não faz diferença se algumas pessoas resolverem não pagá-los.	0 – Discordo. 5 – Concordo	Martinez & Coelho (2019)
MF4 – Hoje em dia a carga tributária é tão pesada que não pagar impostos é uma necessidade econômica de sobrevivência.	0 – Discordo. 5 – Concordo	Martinez & Coelho (2019)
MF5 – Se recebo uma pequena quantia em dinheiro por prestar um serviço, opto por não declarar.	0 – Discordo. 5 – Concordo	Martinez & Coelho (2019)
MF6 – O imposto é uma forma do governo tirar dinheiro de mim sem retribuir algo em troca.	0 – Discordo. 5 – Concordo	Martinez & Coelho (2019)
MF7 – Não vejo problemas em omitir informações na minha declaração de imposto de renda.	0 – Discordo. 5 – Concordo	Martinez & Coelho (2019)
MF8 – Dada a carga tributária atual, é difícil criticar quem não paga os seus tributos.	0 – Discordo. 5 – Concordo	Martinez & Coelho (2019)
MF9 – Data a facilidade e as oportunidade de evasão fiscal, é difícil criticar quem o faz.	0 – Discordo. 5 – Concordo	Martinez & Coelho (2019)

Variáveis	Métrica	Fonte
MF10 – Omitir (não informar) o rendimento tributável é uma forma de me mostrar insatisfeito com o sistema fiscal.	0 – Discordo. 5 – Concordo	Martinez & Coelho (2019)

Tabela 3 - Descrição das Variáveis (2)

Variável	Métrica	Fonte
Variáveis Explicativas – Perfil Social Demográfico		
Gênero	Homem / Mulher / Outros	Martinez & Coelho (2019)
Faixa Etária	Até 18 anos / De 19 a 24 anos / De 25 a 34 anos / De 35 a 44 anos / De 45 a 54 anos / De 55 a 64 anos / Acima de 64 anos	Martinez & Coelho (2019)
Estado Civil	Solteiro (a) / Casado (a) / Divorciado (a) / Viúvo (a) /	Martinez & Coelho (2019)
Nível Educacional	Ensino Fundamental / Ensino Médio / Ensino Superior / Especialização (Pós-Graduação) / Mestrado / Doutorado	Martinez & Coelho (2019)
Renda Mensal	Até 2 SM / Entre 2,1 a 5 SM / Entre 5,1 a 10 SM / Entre 10,1 a 20 SM / Acima de 20 SM	Martinez & Coelho (2019)
Crença/Religião	Ateu / Acredito em Deus, mas não tenho religião / Católico / Evangélico / Espírita / Outros	Martinez & Coelho (2019)
Atuação	Empregado / Autônomo / Sócio/Empresário / Outros	Martinez & Coelho (2019)

Para realizar a análise das respostas da Escala Likert, foram atribuídos pontos a cada nível da escala, tornando possível os cálculos dos níveis de moralidade tributária de cada contribuinte do NAF proposto. Os valores citados correspondem a: 1, quando o cidadão concordou plenamente; 2, quando o cidadão concordou parcialmente; 3, quando o cidadão foi neutro (não concordou e não discordou); 4, quando o cidadão discordou parcialmente; e 5, quando o cidadão discordou plenamente das afirmações. Dessa forma, foi analisado que quanto mais próximo as somatórias das 10 perguntas fossem da nota 10, menor o nível de moralidade tributária e quanto mais próximo as somatórias fossem da nota 50, maior o nível de moralidade tributária encontrada.

Em termos de desafios metodológicos, deve-se observar alguns detalhes importantes que foram fatores limitantes para o resultado da pesquisa. A primeira limitação a ser levada em consideração foram as condições estabelecidas pela pandemia da Covid-19, que impôs a coleta digital, por e-mails, dos dados, diminuindo significativamente o acesso do pesquisador ao público pesquisado. Além disso, durante as adaptações da pandemia, pelo perfil de baixa renda dos respondentes, foi identificado um déficit tecnológico por parte dos contribuintes, indicando que para alguns contribuintes convidados para o estudo, a tecnologia pode ter sido interpretada como uma barreira tanto para os atendimentos que não foram realizados quanto para a resposta desta pesquisa.

Outro fator limitante para a amostra é a insegurança das pessoas em responderem perguntas sobre assuntos eticamente delicados, como os abordados na pesquisa desse projeto, levando a algumas pessoas desistirem de responder o questionário no meio da sua resposta.

Com isso, é relevante ressaltar que devido ao tamanho da amostra ter sido reduzida, os respondentes não representam os atendimentos realizados pelo NAF investigado, assim como não pode ser generalizado para os demais núcleos de apoio pelo Brasil. Contudo, mesmo diante das limitações apresentadas, a pesquisa foi validada e reflete ao resultado da amostra em questão, representando a moral tributária de uma parcela dos contribuintes que já passaram por uma clínica fiscal.



4. Resultados e Análises

Dentre os resultados obtidos com a pesquisa do questionário aos contribuintes do NAF FECAP, pode-se perceber diferenças entre os níveis de moralidade tributária relacionado às características sociodemográficas apresentadas. Inicia-se a fase de análises mensurando quantidade majoritária bruta de respondentes para cada variável de forma individual.

Sobre o gênero, a maioria dos respondentes encontram-se os homens (53,19%); na faixa etária, a maioria dos respondentes estão entre os 25 a 34 anos de idade (21,28%); no estado civil, a maioria dos respondentes são solteiros (59,57%); no nível educacional, a maioria dos respondentes encontram-se no ensino superior (46,81%); na renda mensal, a maioria dos respondentes recebem entre 2,1 a 5 salários mínimos (42,55%); na crença/religião a maioria dos respondentes são católicos (27,66%); e por fim, na atuação profissional, a maioria dos respondentes são empregados (53,19%). Resultados quantificados idênticos a esses são retratados no trabalho feito por Martinez & Coelho (2019), onde eles encontram as mesmas características sociodemográficas predominantes entre as variáveis analisadas, com exceção das atuações profissionais, onde será melhor explicado ao longo das análises.

4.1. Estatística Descritiva – Variável Dependente

Para cada Variável Dependente, apresentada na Tabela 2, foram calculados a média, a mediana, a moda, a variância da amostra, o desvio padrão, o erro padrão e o nível de confiança (95,00%), expressos na Tabela 4, a respeito dos níveis de Moral Fiscal (MF). Os valores foram calculados com as respostas medidas dentro da Escala Likert, variadas entre 1 a 5, sendo 1- “Concordo Plenamente” até 5- “Discordo Plenamente”, com uma quantidade amostral de 47 participantes.

Tabela 4 – Descrição estatística da Variável Dependente - Moral Fiscal (MF):

Observação	MF1	MF2	MF3	MF4	MF5	MF6	MF7	MF8	MF9	MF10
Média	3,72	3,81	4,40	3,51	3,47	3,57	4,30	3,45	3,79	4,19
Mediana	4,00	4,00	5,00	3,00	4,00	4,00	5,00	3,00	4,00	5,00
Moda	5,00	5,00	5,00	3,00	5,00	4,00	5,00	3,00	5,00	5,00
Variância da Amostra	1,55	1,64	0,85	1,52	1,82	1,77	1,08	1,47	1,78	1,29
Desvio Padrão	1,25	1,28	0,92	1,23	1,35	1,33	1,04	1,21	1,33	1,14
Erro Padrão	0,18	0,19	0,13	0,18	0,20	0,19	0,15	0,18	0,19	0,17
Nível de confiança (95,00%)	0,37	0,38	0,27	0,36	0,40	0,39	0,31	0,36	0,39	0,33

Fonte: Preparado pelos autores. 1

Através dos cálculos obtidos, pode-se perceber, que algumas perguntas tendem a ter respostas mais discordantes do que outras. A afirmação MF3 do questionário, “Se o governo já recebe bastante dinheiro por meio dos impostos, não faz diferença se algumas pessoas resolverem não pagá-los”, apresenta o maior nível de moralidade tributária da tabela, pois apresenta o maior número médio, seguido do menor número dos erros padrões e também dos níveis de confiança, sendo esses dois últimos os responsáveis por indicar uma maior confiabilidade para a média do caso adotado. Através dessas informações, pode-se concluir que a maioria dos contribuintes do NAF FECAP tendem a pagar os seus impostos mais corretamente apesar da quantidade de dinheiro recebida pelo governo.

A segunda e a terceira afirmação com as maiores médias analisadas correspondem respectivamente às MF7 e MF10, “Não vejo problemas em omitir informações na minha

declaração de imposto de renda” e “Omitir (não informar) o rendimento tributável é uma forma de me mostrar insatisfeito com o sistema fiscal”, da mesma forma como as MF7 e MF10 também apresentam respectivamente o segundo e terceiro lugar como menores índices de erro padrão e nível de confiança. Dessa forma, pode-se concluir que os contribuintes tendem a informar corretamente as suas informações perante o governo brasileiro ao realizarem as suas obrigações tributárias.

Contudo, as MF8 “Dada a carga tributária atual, é difícil criticar quem não paga os seus tributos”, MF5 “Se recebo uma pequena quantia em dinheiro por prestar um serviço, opto por não declarar” e MF4 “Hoje em dia a carga tributária é tão pesada que não pagar impostos é uma necessidade econômica de sobrevivência” correspondem, respectivamente, aos piores níveis de moral tributária apresentados. Relacionando as três afirmações com o fato delas serem as com menor nível de moral fiscal apresentado, pode-se concluir que, por mais que a maioria dos contribuintes vejam algum problema em omitir informações na declaração de imposto de renda, caso tenham a oportunidade de não declarar uma pequena quantia, eles tendem a recorrer à evasão fiscal, provavelmente devido à alta carga tributária brasileira.

4.2. Estatística Descritiva – Variável Explicativa

Através dos níveis de mensuração bruta e de acordo com cada resposta fornecida por cada contribuinte, foram calculadas as Médias, os Desvios Padrões e as Medianas dentro de cada um dos grupos sociodemográficos em relação às notas calculadas com a escala Likert das perguntas, variando cada nota entre os números 10, moral tributária baixa, e 50 – moral tributária alta. Todos os valores a respeito dos níveis de Moral Tributária podem ser analisados dentro das Tabela 5.

Tabela 5 - Descrição estatística dos valores sócio-demográficos com a Moral Fiscal (1)

Variável	Descrição	Frequência		Moral Fiscal		
		N	(%)	Média	Desvio Padrão	Mediana
Gênero	Homem	25	53,19	38,56	7,78	37,00
	Mulher	20	42,55	38,95	6,52	38,00
	Outros	2	4,26	26,50	23,33	26,50
Faixa Etária	Até 18 anos	0	0	0	0	0
	De 19 a 24 anos.	9	19,15	39,00	8,02	37,00
	De 25 a 34 anos	10	21,28	36,20	6,61	34,50
	De 35 a 44 anos	9	19,15	38,56	7,23	40,00
	De 45 a 54 anos	7	14,89	40,29	6,26	39,00
	De 55 a 64 anos	8	17,02	39,00	8,05	41,50
	Acima de 64 anos	4	8,51	35,50	17,94	41,50
Estado Civil	Solteiro (a)	28	59,57	38,21	7,47	37,00
	Casado (a)	12	25,53	39,58	7,32	40,50
	Divorciado (a)	4	8,51	39,50	6,81	38,00
	Viúvo (a)	3	6,38	31,00	18,36	39,00
Nível Educacional	Ensino Fundamental	3	6,38	47,33	0,58	47,00
	Ensino Médio	9	19,15	37,00	8,77	34,00
	Ensino Superior	22	46,81	38,00	7,03	37,00
	Especialização (Pós Graduação)	9	19,15	39,22	6,42	40,00
	Mestrado	1	2,13	42,00	0	42,00
	Doutorado	3	6,38	30,00	17,58	37,00
Renda Mensal	Até 2 SM	13	27,66	37,62	6,02	37,00

Variável	Descrição	Frequência		Moral Fiscal		
		N	(%)	Média	Desvio Padrão	Mediana
Crença/Religião	Entre 2,1 a 5 SM	20	42,55	38,65	8,35	38,00
	Entre 5,1 a 10 SM	9	19,15	37,78	12,26	37,00
	Entre 10,1 a 20 SM	3	6,38	36,33	5,51	36,00
	Mais que 20 SM	2	4,26	42,50	3,54	42,50
	Ateu	4	8,51	34,50	4,65	34,50
	Acredito em Deus, mas não tenho religião	8	17,02	34,00	7,98	35,00
	Católico	13	27,66	42,15	7,88	45,00
	Evangélico	8	17,02	41,00	6,52	41,00
	Espírita	7	14,89	40,29	4,15	40,00
	Outros	7	14,89	32,57	10,95	33,00
Atuação	Empregado	25	53,19	37,72	7,68	37,00
	Autônomo	12	25,53	39,00	7,24	39,50
	Sócio/Empresário	4	8,51	39,00	3,16	38,50
	Aposentado	4	8,51	45,75	2,99	46,00
	N/A	2	4,26	23,00	18,38	23,00
Estado	São Paulo	47	100	38,21	8,20	37,00
Total Geral		47	100	38,21	8,20	37,00

Fonte: Preparado pelos autores. 2

Comparando os dados coletados a respeito da moral fiscal pelo núcleo de atendimento gratuito com os dados de Martinez & Coelho (2019), pode-se perceber que muitos dos resultados se apresentaram semelhantes. Para realizar uma análise descritiva fidedigna ao que está sendo proposto, optou-se por desconsiderar as análises isoladas para os casos que apresentaram menos do que 4 respostas. A partir disso, observa-se que na variável gênero, por mais que a maioria dos contribuintes tenham sido os homens, foram as mulheres que conquistaram os maiores números de moralidade tributária. Este mesmo resultado também foi encontrado por Martinez & Coelho (2019) dentro do gênero feminino, tanto para o nível bruto inferior, quanto para a moral tributária elevada.

Dentro da variável faixa etária, pode-se perceber que os maiores níveis de moralidade tributária foram encontrados nas pessoas “De 45 a 54 anos”. Em Martinez & Coelho (2019), para esta mesma variável, por mais que os maiores níveis tenham sido encontrado por parte das pessoas “Acima de 64 anos”, eles foram seguidos pelas pessoas “De 45 a 54 anos”, em uma colocação próxima, tendo uma diferença de apenas 0,5 pontos.

Para a variável estado civil, os maiores níveis de moralidade tributária foram encontrados para as pessoas “Casadas”, acompanhados das pessoas “Divorciadas”. Em Martinez & Coelho (2019), também para a variável estado civil, foram encontradas as mesmas relações de pessoas “Casadas” seguidamente das pessoas “Divorciadas”.

Dentro da variável nível educacional, os maiores níveis de moralidade tributária foram encontrados para o grupo de “Especialização (Pós-Graduação)”. Seguindo o mesmo princípio de relação adotado na faixa etária, nos estudos de Martinez & Coelho (2019), por mais que os maiores níveis de moralidade tributária tenham sido encontrados nas pessoas de “Mestrado”, o grupo de “Especialização (Pós-Graduação)” foi o segundo de maior desempenho.

Já para a variável de renda mensal, os estudos comparados neste trabalho se apresentaram de formas discordantes. Para os contribuintes do NAF FECAP, a variável que mais apresentou moral tributária elevada foram as pessoas que recebem “De 2,1 a 5 salários mínimos”, enquanto nos estudos de Martinez & Coelho (2019) a relação salarial cresceu



proporcionalmente à moral tributária, desde o primeiro nível até o último, tornando as pessoas que receberam “Mais do que 20 salários mínimos” as que mais se destacaram. Para o NAF FECAP, o fato da última análise não ter correspondido às expectativas comparativas pode ter sido um ponto positivo, pois mostra que o núcleo de apoio está correspondendo às expectativas esperadas dentro do que lhe foi proposto. Além disso, vale lembrar que dois dos atendimentos realizados por essa clínica específica são as dúvidas respondidas através dos e-mails e os auxílios ao cadastro de empresas no RADAR SISCOMEX, o que pode explicar o fato de alguns respondentes receberem “Mais do que 20 salários mínimos”.

Dentro da variável crença/religião, os maiores níveis de moralidade tributária foram encontrados nos “Católicos”, seguidos dos “Evangélicos” e “Espíritas”, tendo menos de 2 pontos de diferença os valores médios apresentados entre as três religiões, enquanto para Martinez & Coelho (2019) os “Espíritas” apresentaram o melhor desempenho.

Por fim, para a variável atuação, os maiores níveis de moralidade tributária encontrados pela clínica fiscal foram os “Aposentados”.

Complementando a análise comparativa dos dois estudos, Cyan, Koumpias, & Martinez-Vazques (2016) também chegaram a resultados semelhantes para as variáveis “Gênero”, “Faixa Etária” e “Atuação”. Em suas pesquisas de moral fiscal no Paquistão, notou-se que tanto as mulheres, quanto as pessoas mais velhas e os aposentados apontam maiores índices comparativos à sua variável estudada, apresentando maiores níveis de moralidade tributária.

4.3. Estatística Descritiva – Variável Independente

Assim como para as demais variáveis, foi levantado um estudo de satisfação dos contribuintes ao NAF FECAP, Variável Independente – Educação tributária. Contudo, levando em consideração que este questionário foi criado, em grande parte, por questões polares, tendo as suas respostas apenas como “sim” ou “não”, resolveu-se apresentar apenas as quantidade de amostras com a sua porcentagem correspondente a fim de comparar os resultados obtidos. Conferir informações de acordo com a Tabela 6.

Tabela 6 - Frequência da Variável Independente

	Perguntas	Respostas	Frequência	
			N	(%)
1	Antes do atendimento realizado pelo NAF, procurou orientação em alguma entidade da administração pública (Receita Federal / SEBRAE / etc)?	Sim	21	44,68
		Não	26	55,32
2	Você já conhecia o NAF antes de precisar do serviço?	Sim	11	23,40
		Não	36	76,60
3	Como foi realizado o atendimento?	Presencial	12	25,53
		Distância	35	74,47
4	Qual foi o objeto da orientação recebida?	IRPF	29	61,70
		MEI	13	27,66
		RADAR SISCOMEX	4	8,51
		Outros	1	2,13
5	O atendimento realizado pelo NAF foi satisfatório.	Discord Plenamente	2	4,26
		Discord Parcialmente	0	0
		Neutro	5	10,64
		Concordo Parcialmente	3	6,38

	Perguntas	Respostas	Frequência	
			N	(%)
		Concordo Plenamente	37	78,72
6	Além das orientações do NAF, já participou em alguma outra capacitação tributária (curso/palestra/etc)?	Sim	15	31,91
		Não	32	68,09
7	Já contratou um profissional para resolver algum problema tributário?	Sim	9	19,15
		Não	38	80,85
8	Já foi notificado (a)/autuado (a) pela Receita Federal?	Sim	5	10,64
		Não	42	89,36
9	Após o atendimento realizado pelo NAF, a sua compreensão sobre o assunto do atendimento melhorou.	Discord Plenamente	2	4,26
		Discord Parcialmente	0	0
		Neutro	8	17,02
		Concordo Parcialmente	10	21,28
		Concordo Plenamente	27	57,45
Total Geral			47	100

Fonte: Preparado pelos autores. 3

Comparando os dados coletados a respeito da relação do NAF FECAP com os seus contribuintes, pode-se perceber que 44,68% dos respondentes procuraram outros lugares antes do NAF e que 76,60% não conheciam o NAF antes de precisarem dos serviços, o que pode indicar que a grande maioria da população brasileira ainda não tem conhecimento da existência de um núcleo de apoio gratuito para baixa renda e, uma vez que o NAF representa um núcleo de disseminação de conhecimento agregado sobre a moral tributária e que boa parte dos brasileiros recebe renda dentro do permitido para serem atendidos, pode-se indicar que a população brasileira pode apresentar um baixo índice de educação tributária. Além disso, outro fator agravante para este cenário, é a alta porcentagem estatística de 68,09% apresentada sobre a falta de participação em alguma outra capacitação tributária por parte dos contribuintes, como cursos ou palestras, tendo estes exemplos citados como sugestão durante a pergunta. Dessa forma, pode-se refletir que apenas uma pequena parcela de 31,91% dos contribuintes que frequentam o núcleo de apoio praticam e estudam a moralidade tributária.

Dentre o âmbito de satisfação, a grande maioria dos contribuintes concordam (21,28% | 57,45% = 78,72%) que o atendimento realizado pelo NAF melhorou a sua compreensão sobre o assunto do atendimento e que, apesar de haverem duas pessoas que discordam (4,26%), a maioria dos contribuintes também acham que o atendimento realizado pelo NAF foi satisfatório (6,38% | 78,72% = 85,11%). O alto índice apresentado em “Concordou Parcialmente” (21,28%) a respeito das compreensões sobre os assuntos abordados no atendimento, pode ser validado devido às limitações adaptativas durante o momento de pandemia, tornando possível a ideia dos contribuintes ainda terem dúvidas, mas não quererem entrar em contato devido o atendimento remoto – lembrando que este correspondeu a 74,47% dos respondentes, tornando-se 100% durante o período de Março 2020 até Dezembro de 2021.

Finalizando a análise da Tabela 6, cerca de 80,85% dos contribuintes nunca precisaram contratar um profissional da área contábil para resolver qualquer problema tributário e 89,36% dos contribuintes nunca foram notificados(as)/autuados(as) pela Receita Federal, tornando a capacitação do NAF adequada para solucionar os problemas oferecidos, que em grande parte são de IRPF (61,70%) e MEI (27,66%).

Freitas, Rover, Silva, & Almeida (2018) realizaram uma pesquisa dentro do âmbito escolar, sobre a percepção da nova geração de cidadãos sobre os aspectos essenciais tributários, onde a maioria dos respondentes se apresentavam em torno dos 17 a 19 anos. Durante este



trabalho, foi apresentado que a maioria dos alunos nunca participou de atividades fiscais, o que representa que não houveram atividades em aula ou criação de grupos de debate por parte das turmas, tendo como participação minoritária apenas 3,44% dos alunos participaram em pesquisas feitas por eles; 1,91% participaram de atividade desenvolvida pela prefeitura e 16,41% assistiram a alguma palestra. Eles ainda apresentam em seu trabalho que a grande parte dos alunos veem os dinheiros que são arrecadados aos cofres públicos como finalidade para uma ação corrupta, ao contrário de benefícios à sociedade, por mais que eles não tenham noção do sistema tributário brasileiro.

Diante da análise encontrada, pode-se concluir que, de acordo com uma perspectiva geral apresentada pelos contribuintes do NAF FECAP, os Núcleos de Apoio Contábil-Fiscal influenciam positivamente para uma educação tributária mais elevada, aumentando os níveis de moralidade tributária.

4.4. Comparações Estatísticas da Moral Fiscal

Com base nas análises e afirmações apresentadas, pode-se levantar algumas hipóteses dentro do âmbito da moral fiscal. Em “Crenças/Religião”, apresentados na Tabela 5, os grupos que apresentaram uma religião específica mostraram maiores níveis de moralidade tributária do que as pessoas que se apresentaram como “Ateus” ou “Acredito em Deus, mas não tenho uma religião”. Sendo assim, pode-se concluir que a presença de uma religião tende a afetar positivamente o nível de moralidade tributária em uma determinada quantidade da população?

O “Estado Civil” por sua vez, foi analisado de forma majoritária para o grupo das pessoas “Casadas”, seguidas das pessoas “Divorciadas”, apresentando maiores níveis de moralidade tributária em ambos os estudos. Dessa forma, pode-se concluir que as pessoas dispostas a se envolverem com compromissos sérios tendem a ter um nível de moralidade tributária mais elevado?

Analisando também os valores abordados na Tabela 5, pode-se afirmar que dentre todas as 39 linhas, apenas 32 puderam ser comparadas ao trabalho de Martinez & Coelho (2019), pois em algumas partes específicas do questionário Variável Explicativa, optou-se por adequar melhor ao público do NAF, como é o caso da variável “Atuação”. Diante da comparação possível, observa-se que os valores apresentados em questão de moralidade tributária foram maiores por parte do NAF do que ao âmbito geral dos brasileiros. Além disso, mesmo com o grupo “Atuação” não apresentando grupos a serem comparados, caso seja feita uma comparação cruzada, com comparação semelhante às atuações de ambos os estudos, tendo os trabalhadores pelos seus maiores níveis médios de moralidade tributária, vê-se que o maior nível de moralidade tributário encontrado por Martinez & Coelho (2019), no grupo “Setor Público”, ou o maior nível de amostra, no grupo “Setor Privado”, ambos comparados ao nível médio de moralidade tributária do grupo “Empregados” coletados pelo NAF, ainda se apresentam em níveis inferiores. Vale lembrar também, que o grupo “Total Geral” também encontra-se acima para a clínica fiscal, apresentando quase 4 pontos de vantagem.

Dentre todos os 32 casos que podem ser comparados de forma horizontal pela tabela, pode-se afirmar que em apenas 5 deles houveram níveis de moralidade tributária inferiores por parte do núcleo de apoio, sendo eles: “Faixa Etária” - Acima de 64 anos; “Renda Mensal” - Entre 10,1 a 20 salários mínimos; “Crença/Religião” - Ateu; “Crença/Religião” - Outros; e “Atuação” - N/A. Contudo, ao analisar a quantidade de amostras coletadas por parte do NAF, percebe-se que 4 das 5, salvo “Crença/Religião - Outros”, correspondem aos menores números comparativos de amostra vertical para a categoria correspondente da mesma pesquisa. Dessa



forma, acredita-se que um número maior de amostras tenderia ao resultado semelhante analisado pelos outros pesquisadores.

5. Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo analisar se os Núcleos de Apoio Contábil-Fiscal, como um instrumento de educação tributária, afetara positivamente ou negativamente a moralidade tributária dos contribuintes, levando em consideração a comparação ao âmbito geral.

Os dados adquiridos através do questionário de pesquisa e a metodologia estatística utilizada para analisar o trabalho, obteve-se resultados conclusivos. Através do estudo da Variável Dependente - Moralidade Tributária, foi possível mensurar os resultados estatísticos, através do valor bruto amostral, possibilitando a análise de cada questão respondida por contribuinte atendido pela clínica fiscal gratuita. Ao relacionar as perguntas MF7 e MF10, detalhadas na Tabela 2, compreendeu-se que a maioria dos contribuintes do NAF tendem a pagar corretamente os seus tributos. Contudo, de acordo com as MF8, MF5 e MF4, caso haja a facilidade de evasão fiscal, eles optam por não declarar alguns valores menores, provavelmente, devido a carga tributária brasileira ser muito elevada.

De acordo com o estudo realizado na Estatística Descritiva - Variável Explicativa, realizou-se uma análise de quais foram as maiores médias sociodemográficas obtidas por cada variável (gênero, faixa etária, estado civil, nível educacional, renda mensal, crença/religião e atuação), relacionando os resultados encontrados com os obtidos por Martinez & Coelho (2019), a fim de medir a dispersão da moralidade tributária apresentada pelo público do NAF perante o âmbito geral da população brasileira. Através disso, concluiu-se que na maioria dos aspectos a clínica fiscal apresentou índices de moralidade tributária mais elevados em comparação com os indivíduos que não participaram do atendimento realizado pelo núcleo de apoio. Vale ressaltar que inclusive o padrão geral médio de moralidade tributária foi superior nas análises realizadas.

A partir da Estatística Descritiva - Variável Independente, percebeu-se que o Brasil apresenta baixo índice de educação tributária no âmbito de capacitação tributária. Contudo, foram percebidos altos níveis de satisfação dos contribuintes com o NAF FECAP, seguidos de boas compreensões sobre os assuntos do atendimento, validando que o núcleo seja capacitado para atender às necessidades tributárias dos cidadãos da forma correta.

Com base na mesma probabilidade estatística do tabuleiro de galton, percebeu-se que algumas respostas, em decorrência da baixa quantidade amostral, obteram-se resultados inesperados. Entretanto, esses valores poderiam ser diluídos perante uma quantidade de amostras maiores e possivelmente se enquadrariam aos mesmos resultados, ou semelhantes, aos estudados pelos pesquisadores. Contudo, como foi descrito ao longo da pesquisa, a grande maioria das respostas encontraram-se dentro do esperado.

Por fim, diante do panorama estatístico do trabalho, pode-se concluir que as clínicas fiscais contábeis agregam positivamente para a sociedade brasileira, sendo elas utilizadas como ferramenta de educação tributária para aumentar os níveis de moralidade tributária e tentar diminuir a evasão fiscal por parte dos contribuintes, que ainda necessitam compreender com mais clareza quais as finalidades do dinheiro público dentro da sociedade de seu país.

Considera-se para estudos futuros, ampliar a amostra a níveis nacionais, utilizando dados de outros estados com diferentes NAFs, para identificar as percepções regionais e diferenças no atendimento.



Referencias

- Alexander, P., Balavac, M., Mukherjee, S., Lymer, A., & Massey, D. (2018). Improving tax literacy and tax morale of young adults (No. BAFES23). Department of Accounting, Finance & Economic, Bournemouth University.
- Borges, E. F., Pereira, J. M., & Borges, G. M. C. (2015). Gestão pública no Brasil: uma proposta de mensuração da educação tributária do cidadão. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 9(25), 3-15.
- Campos, G. C., & Cazella, C. F. (2020). Atendimento gratuito aos contribuintes do fisco federal: Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal de Chapecó-SC. In *CAFI - Contabilidade, Atuária, Finanças & Informação* (Vol. 3, Issue 2, p. 239–252). Pontifical Catholic University of Sao Paulo (PUC-SP).
- Conheça o projeto. Receita Federal Brasileira. Retrieved 2021, from <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/educacao-fiscal/educacao-fiscal/naf/conheca>
- Cvrlje, D. (2015). Tax literacy as an instrument of combating and overcoming tax system complexity, low tax morale and tax non-compliance. *The Macrotheme Review*, 4(3), 156-167.
- Cyan, M. R., Koumpias, A. M., & Martinez-Vazquez, J. (2016). The determinants of tax morale in Pakistan. In *Journal of Asian Economics* (Vol. 47, p. 23–34). Elsevier BV.
- De Clercq, B. (2021). Tax literacy: what does it mean?. *Meditari Accountancy Research*.
- Freitas, M. M. D. de, Rover, A., Silva, R. de D. e, & Almeida, I. X. de. (2018). O Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal da Unoesc Joaçaba como meio de acesso à cidadania. *Unoesc & Amp, Ciência - ACSA*, 9(2), 197–206.
- Grzybovski, D., & Hahn, T. G. (2006). Educação tributária: premissa para melhor percepção da questão tributária. In *Revista de Administração Pública* (Vol. 40, Issue 5, p. 841–864). FapUNIFESP (SciELO).
- Horodnic, I.A. (2018), "Tax morale and institutional theory: a systematic review", *International Journal of Sociology and Social Policy*, Vol. 38 No. 9/10, pp. 868-886.
- Junior, A. M. N., Machado, D. D. P. N., Nuncio, E. G., & Neto, M. F. (2019). A efetividade dos programas de educação tributária e da nota fiscal paulista na construção da cidadania e no crescimento da arrecadação tributária. *GESTÃO E DESENVOLVIMENTO*, 16(3), 106-133.
- Kayis-Kumar, A., Mackenzie, G., & Walpole, M. (2020). Interprofessional collaborative practice in pro bono tax clinics: A case study approach. *Journal of Australian Taxation*, 22(2), 49-63.
- Kemme, D. M., Parikh, B., & Steigner, T. (2020). Tax morale and international tax evasion. *Journal of World Business*, 55(3), 101052.
- Kornhauser, M. E. (2006). A tax morale approach to compliance: Recommendations for the IRS. *Fla. Tax Rev.*, 8, 599.
- Kwok, B. Y. S., & Yip, R. W. Y. (2018). Is Tax Education Good or Evil for Boosting Tax Compliance? Evidence from Hong Kong. In *Asian Economic Journal* (Vol. 32, Issue 4, p. 359–386). Wiley.
- Martinez, A. L., & Coelho, M. L. B. (2019) Tax morals and the Brazilian citizen: an empirical study. *Cadernos EBAPE.BR*, vol. 17, no. 3, p. 607–622, Sep.
- McLaren, J. (2020). 2019 National tax clinic project: The University of Tasmania tax clinic. *J. Austl. Tax'n*, 22, 96.



- Ribeiro, L. P. F., & Smith, M. S. J. (2018). Núcleo De Apoio Contábil E Fiscal: avanços e entraves no ambiente universitário. *Diálogos em Contabilidade: teoria e prática (Online)*, v. 6, n. 1, edição 1, jan./dez. 2018. Retirado de: <<https://periodicos.unifacef.com.br/index.php/dialogoscont/article/download/1949/1385>>
- Santos, L. L. N. dos (2007). A (RES) significação da cidadania na construção do Estado e da sociedade brasileira. *Revista Baiana de Saúde Pública*, 31(2), 311-311.
- Silva, T. R., Souza, E. S., Santos, A. F., & Alves, A. T. (2022). Percepção dos discentes do curso de ciências contábeis de uma Instituição de Ensino Superior acerca da contabilidade tributária e sua influência na formação profissional. *Research, Society and Development*, 11(6), e34811629064-e34811629064.
- Smith, M. S. J., & Ribeiro, L. P. F. (2020). NÚCLEO DE APOIO CONTÁBIL E FISCAL: avanços e entraves no ambiente universitário. *Diálogos em Contabilidade: Teoria e Prática*, 6(1).
- Tan, L. M., & Laswad, F. (2018). Professional skills required of accountants: what do job advertisements tell us? *Accounting Education*, 27(4), 403-432.
- Torgler, B. (2003). To evade taxes or not to evade: that is the question. *The Journal of Socio-Economics*, 32(3), 283-302.